

6

Projeto de ATA Nº 155
Assembleia-Geral Extraordinária
11 de junho de 2017

Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e dezassete realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar na Sala de Conferências nº 1 do Pavilhão Multiusos Guimarães pelas 10h30, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Ponto 1 – Analisar a atividade de ajuizamento e os problemas que têm vindo a ser suscitados por diversas entidades e delegados da Assembleia Geral, induzindo um debate que pode ajudar a resolver alguns dos problemas mais prementes ligados a esta importante faceta da atividade da Federação de Ginástica de Portugal;

Ponto 2 – Apreciação e ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral iniciou os trabalhos, dando conta de que nesta reunião estão a faltar o Vice-Presidente e o Secretário, por motivos diferentes; um por motivos de saúde, o outro por se encontrar no estrangeiro. Nos termos dos Estatutos, a sua substituição faz-se por indicação da Assembleia Geral que propôs o nome da Sra. D. Paula Araújo para dar apoio à Mesa, caso ninguém votasse contra, assim tendo sucedido, prosseguindo então a reunião.

Esclareceu, em duas notas, que o que está em causa é a atividade de ajuizamento e não o Conselho de Ajuizamento; não se trata de criticar, mas sim de se proceder ao debate de alguns temas de forma construtiva e em apoio à atividade de ajuizamento. Aludiu ao facto de o próprio Conselho de Ajuizamento estar presente nesta Assembleia Geral. Propôs como objetivos a celeridade e a produtividade da reunião. E, tendo sido a presente reunião marcada por solicitação do Presidente da Direção, passou-lhe a palavra, para que procedesse ao enquadramento geral dos motivos.

O Presidente da Direção começou por agradecer a presença de todos, incluindo os membros do Conselho de Ajuizamento. Afirmou que a razão de ser da presença de todos, nesta reunião extraordinária, se resume em três motivos, o último dos quais transversal a tudo que acontece na Federação de Ginástica de Portugal. Em primeiro lugar, referiu ser o ajuizamento uma atividade crucial ao desenvolvimento da ginástica; não é possível haver competição sem ajuizamento. Acrescentou que, no decurso dos últimos meses se tem agravado o clima de alguma tensão; julga existirem muitos mal-entendidos e inclusive alguma falta generalizada de informação quanto a alguns aspetos.

Em segundo lugar, objetivo da presente Assembleia Geral é, tendo a Direção refletido inúmeras vezes sobre o ajuizamento, ter chegado a altura de tomar decisões que invertam o rumo de degradação a que se tem vindo a assistir e solicitou a ajuda de todos os presentes para a reflexão a que irá proceder; todos, em conjunto, terão mais condições de formularem ideias concretas sobre caminhos a seguir e opções a tomar.

6

Em terceiro lugar, acentuou a importância do horizonte: a ginástica é para os ginastas e sem estes é que não existe mesmo ginástica.

O assunto divide-se em vários tipos de preocupações que têm afligido a Direção, e certamente que o Conselho de Ajuizamento sente igualmente as dificuldades, sendo o órgão mais focado nestes assuntos. Existem problemas relacionados com a dimensão desportiva do ajuizamento. Não se trata de problemas recentes, nem dizem respeito apenas a uma disciplina específica; mas fazem-se sentir, mais pronunciadamente, numas disciplinas do que noutras, e resultarão, no entendimento do Presidente da Direção, de duas circunstâncias.

Por um lado da falta de preparação efetiva da maior parte dos juizes, pois têm poucas oportunidades de praticar durante o ano; existe uma elite que tem acesso a mais oportunidades, designadamente a nível internacional, mas, a grande maioria dos juizes não as tem: o nível de preparação que têm e a complexidade das provas pode constituir um fator negativo para a sua performance em competição.


Por outro lado, há algumas dificuldades relativamente ao cumprimento dos regulamentos, designadamente quanto ao código da pontuação, referindo um exemplo concreto: é expressamente proibido haver alteração de notas durante as competições e a verdade é que é uma situação que se verifica e que continua a acontecer. E quando os juizes/pessoas são confrontados com essa irregularidade, muitas vezes persistem na citada irregularidade.

Nem todos os casos são iguais; podem existir dificuldades de interpretação; por vezes desconhecimento, ou desvalorização da importância das normas constantes dos regulamentos no fundamental, que é a verdade desportiva. Acrescentou que este conjunto de circunstâncias faz com que se viva algum descrédito relativamente ao ajuizamento, ao ponto de se chegar a entender que os resultados não correspondem ao que efetivamente aconteceu. Afirmou não partilhar dessa visão, acreditando antes em erro humano normal.

Referiu também a existência de problemas com a dimensão formativa dos juizes: existe formação inicial e esta tem qualidade. Entende estar-se a falhar, e referiu concretamente a Direção, nas oportunidades de formação contínua dos juizes. Existem ferramentas, nomeadamente a plataforma em linha na internet, com conteúdos disponíveis para formação, mas que não está a ser devidamente rentabilizada. Tal contribui para alguma incapacidade de atualização dos juizes, sobretudo relativamente à esmagadora maioria que tem poucas oportunidades de prática ao longo do ano.

Acrescentou existirem também problemas relativos à própria carreira de juiz, aspeto crucial, que o ajudem claramente a saber qual o posicionamento do juiz, onde pretende chegar, as escolhas que deve fazer para atingir tal objetivo, permitindo ao juiz ir mais longe, progredir. E, relacionado com a carreira do juiz, tem de estar a avaliação do seu desempenho.

Existe um regulamento do ano dois mil e catorze com o essencial da carreira de juiz, mas a avaliação e desempenho do juiz têm de estar também incluídos e existem algumas dificuldades



na sua implementação. No início da passada época tivemos modelos de avaliação; esses modelos, exatamente como saíram, ou com as adaptações que forem necessárias, por se entender que aqueles modelos não são exequíveis, irão ter reflexos na carreira do juiz, nas próximas semanas. E o Conselho de Ajuizamento, ao que sabemos, está também muito determinado na sua aplicação, sendo também da sua responsabilidade.

De uma forma global, pela primeira vez na história da ginástica, teremos resultados de avaliação dos juizes, os quais lhes permitam avaliar o seu próprio desempenho, analisando onde estiveram bem, o que podem melhorar para atingir tal objetivo, etc.

Importantes são também as convocatórias para competições nacionais e internacionais, muitas vezes objeto de críticas, justas ou injustas. Quer a Direção quer o Conselho de Ajuizamento têm a preocupação e orientação firme de implementar o aspeto de total transparência nas convocatórias: quem foi convocado, para quê e se respondeu. Não se trata de entrar em pormenores que ferem o direito à privacidade das pessoas. Mas pretende-se estancar os comentários, que todos os dias surgem, quando existe total transparência.

Quanto à dimensão retributiva: verificou-se um “congelamento”, durante quatro anos, das retribuições aos juizes ao longo de quatro anos. Foi possível um ajuste no ano transato e o compromisso de finalizar esses ajustes. Procedeu-se a um aumento médio de seis por cento nas retribuições; a um aumento fixo de quinze por cento na alimentação; e a um aumento médio entre dezoito e vinte e seis por cento nas deslocações. Sabe-se não ser o suficiente; e havendo mais recursos seriam sem dúvida bem empregues na retribuição dos juizes.

Existe uma realidade que talvez não seja perceptível para todos e que o Presidente da Direção gostaria de esclarecer: verifica-se um crescimento brutal da ginástica; e o raciocínio imediato das pessoas é que se trata de mais uma razão para que a retribuição dos juizes seja melhorada, pois parece haver mais rendimentos da realização das competições, pois existem mais praticantes, daí resultando mais receitas que poderiam ser distribuídas, nomeadamente, aumentando a retribuição dos juizes.

Mas existe aqui um dado que o Presidente entende não ser do conhecimento geral: se forem consideradas as taxas que os participantes pagam para participar numa competição e aquilo que constitui encargos com a realização da mesma, conclui-se que as competições da Federação de Ginástica de Portugal são sempre deficitárias, o que não é uma novidade, nem sequer motivo de preocupação em especial. O problema é que quanto maior for o número de participantes nas competições e mais longas estas forem, maiores são também os encargos, nomeadamente com juizes. E as taxas pagas pelos participantes rondam os sete euros e cinquenta cêntimos, quando seria necessário serem cobradas taxas de valor bem maior.

E então, em vez do maior número de participantes ser uma solução, relativamente ao aumento dos rendimentos da competição, é precisamente o contrário. Agrava o défice. O desequilíbrio entre a taxa que o atleta paga para competir e os encargos é grande. Este é um

problema real, e os Delegados à AG podem ser transmissores desta ideia, sendo o entendimento geral exatamente o contrário daquilo que acabou de ser exposto.

E que fazer perante este problema? Que soluções existem? Pode limitar-se o número de participantes, não podendo as provas ter mais do que certo número, aplicando-se algum tipo de filtro; pode aumentar-se o valor das taxas de participação; pode diminuir-se o número dos eventos organizados pela Federação de Ginástica de Portugal. Pode ir tentar-se buscar o dinheiro a outro lugar? Não há uma resposta fácil. Temos em conjunto de pensar que se está perante desafios novos e temos de os enfrentar do melhor modo possível.

Existe também a ideia de que o saldo sistematicamente negativo das competições da FPG é suportado pelo Estado. Tal não corresponde à verdade, pois é suportado pelas receitas próprias da Federação de Ginástica de Portugal.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ajuizamento deu a palavra aos Delegados, tendo vários colocado diversas questões e comentários.

Na opinião do delegado Paulo Mota o Conselho de Ajuizamento é um órgão específico. Não partilha muitas das opiniões que o Presidente da FGP referiu sobre os problemas do ajuizamento e os mesmos não podem ser reportados aos juízes. Se há crescimento na ginástica, este, por sua vez, levanta problemas. Cabe à Direção apresentar proposta, em termos de orçamento e solução e não o Conselho de Ajuizamento.

O delegado Victor Varajão congratulou a Direção pelo fato de abordar esta questão em Assembleia Geral. Concorda com o Presidente e com o seu colega Paulo Mota, acrescentando que é muito importante a avaliação. Para se saber se os juízes avaliam bem tem de ser criadas melhores condições. Partilhou que os juízes com mais anos de experiência têm melhores oportunidades comparativamente aos mais novos, e lembrou que muitos deles têm grande potencial mas poucas oportunidades. Em conclusão, acha que o assunto constante no ponto um de ordem dos trabalhos não deve ser discutido em sede de Assembleia Geral.

A delegada Lina Mendes reconhece que existe descontentamento e que já foi apresentada proposta para melhorar as despesas das provas. Uma primeira que será o pagamento a hora e uma intermédia – pagamento por turnos. Os procedimentos da justificação das despesas de alimentação, deslocação e alojamento são um fator desgastante. Expressou também a sua opinião sobre a formação inicial e de renovação dos juízes.

Na opinião da delegada Antonieta Pereira a parte financeira não influencia o desempenho dos juízes.

Segundo a delegada Alda Corte-Real o problema dos juízes não reside na avaliação, mas reside na forma como se proporciona. O problema não é só de dinheiro. É a falta de consideração. O papel do juiz é tão importante como o de treinador e do ginasta. Há juízes que trabalham quatro, cinco ciclos e não renovam. Sentem-se saturados. Tem de se apostar nos novos e

6

jovens que precisam de ser motivados e ver o seu trabalho reconhecido pelos outros juizes mais experientes, pelo Conselho de Ajuizamento e pela Direção da FGP.

O delegado José Eduardo Ferreirinha disse que, também é juiz, e não aceita que há falta de respeito, devido à renumeração. O dinheiro tem de ser gerido e apelou à procura de soluções.

O delegado Lourenço França tomou a palavra. Informou que já apresentou proposta ao Presidente do Conselho de Ajuizamento a este propósito. Sobre o crescimento da ginástica é de opinião que o que cresceu são os Clubes. Na Federação Internacional de Ginástica, as ginastas e juizes têm determinadas obrigações. Aqui funciona ao contrário. Os juizes têm de ter uma carreira. É desajustada a afirmação que os ginastas e os treinadores são dos Clubes e os juizes são da Federação. Isso não é verdade. Eles também são dos Clubes. Voltando à proposta detalhou que ela se prendia com a possibilidade de, cada Clube, na altura de inscrição em prova dos ginastas e treinadores, enviassem os nomes de três juizes. Na sua opinião, teremos um copo de juizes muito mais interessado e motivado.

O delegado Pedro Almeida considerou positivas as medidas de sustentabilidade que a Federação tomou e para dar resposta ao crescimento que se verifica, a solução, é subida do preço das inscrições. O Instituto Português do Desporto e Juventude não faz equivalências diretas entre o aumento de praticantes e as receitas. O crescimento é bom, mas ainda não é suficientemente grande para tornar a Ginástica um fator atrativo. A proposta para os Clubes levarem os seus juizes considera que é um caminho do passado.

O delegado Paulo Mota concorda e é a favor do aumento da taxa de inscrição.

A delegada Ana Zacarias falou sobre a questão de renumeração, e na sua opinião, o problema não se centra nos valores. Os juizes passam doze, catorze horas em algumas competições, sentem pressão e devem ser mais apoiados. Sobre a formação propõe a divisão distinta: formação de juizes, formação inicial e reciclagem e formação de treinadores. Apresentou como proposta que os Clubes devem pagar à Federação o encargo com os juizes e a criação de carreira de juiz. Relativamente às convocatórias disse que estas devem ser transparentes, atempadas e com planeamento nacional e internacional.

Na opinião do delegado Gonçalo Marques a competição não se faz sem juizes que têm a função mais desgastante. Eles pertencem aos Clubes e concorda com a proposta do colega Lourenço França.

O Presidente da Federação pediu a palavra e esclareceu que ninguém está a passar para a Assembleia o ónus de decisão. Na opinião da Direção a informação não passa para a generalidade da comunidade e a colaboração dos delegados para isso acontecer é um dos objectivos. Outro objetivo, uma vez que Assembleia Geral desde o ano de dois mil e onze é constituída pelas pessoas da ginástica, que percebem de ginástica e vivem a ginástica todos os dias, é o seu contributo importante para a ação da Direção. A Ginástica é dos Clubes e quem a desenvolve são os Clubes. Relativamente à proposta do delegado Lourenço França, a direção

não tinha dela conhecimento. Referiu ainda que a Associação de Juízes pode ser um parceiro efetivo, como já foi no passado. No futuro também pode ser e em conjunto devem encontrar soluções.

De seguida o Vice-presidente Álvaro Sousa respondeu às questões colocadas relativamente à formação. No que diz respeito à "mistura" da formação inicial com a formação de reciclagem, essa foi uma ação assumida, tendo em conta as limitações que existem, limitações de recursos humanos. Por outro lado, há limitações financeiras. Só este ano estão previstas noventa atividades para organizar. As Associações também gostavam de ter cursos de formação nas suas áreas de influência. Acontece que enfrentamos também dificuldade para pagar os cursos internacionais para todos os juízes e duplicar os cursos para todo o país. É humana e financeiramente impossível.

A elaboração dos conteúdos terá de ser diferente para aqueles que fazem reciclagem e para a formação inicial. Por outro lado, é importante que se tenha consciência que, os próximos cursos serão de formação inicial e à partida esse problema está resolvido. Esta formação é vocacionada para juízes novos. Não se consegue fazer tudo em simultâneo, com os recursos existentes.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu as intervenções dos delegados e os esclarecimentos prestados pela Direção e deu a palavra ao Presidente do Conselho de Ajuizamento, João Oliveira.

O mesmo informou que, concorda com a maioria das coisas que se prendem com valorização e reconhecimento dos juízes que são e serão sempre o elo mais fraco, mas o reconhecimento e valorização são fundamentais.

Relativamente à formação, ao contrário do que foi dito, não está tudo bem. Havia formação *e-learning* que evoluiu para formação presencial. Foi acordado com a Direção, no início deste ciclo, não só a reciclagem, mas também a formação inicial.

A falta de reconhecimento começa com os painéis de juízes incompletos. Se quisermos ter os melhores ginastas e os melhores treinadores, temos de ter os melhores juízes e painéis completos, para evoluir ao passo seguinte, que é a avaliação. Só é possível fazer avaliação do trabalho de um painel se ele tiver completo. Concorda com a Lina Mendes, ao dizer que todo este mal-estar gerado nos juízes, Direção, Conselho de Ajuizamento, Observatório revela falta de bom senso.

Na questão de alimentação, na sua opinião, deve-se acreditar no que o juiz apresenta. O mesmo se aplica às deslocações.

O alojamento em Pousadas e pedir ao juiz que traga toalha de casa, comprova que não há reconhecimento. Isso afasta-os. Tudo isso envolve dinheiro e cabe à Direção resolver estas questões.

Não temos um modelo como a Federação de Ginástica de Portugal. Estamos a iniciá-lo. A proposta que o delegado Lourenço França apresenta foi recebida no dia trinta de maio. Não digo que os juízes devam ser dos Clubes. Não, isso é uma solução intermédia.

A Federação Internacional de Ginástica tem um modelo de avaliação do trabalho dos juízes já implementado, há alguns anos. Nós ainda não temos. Vamos ter. Em vez de avançar com medidas radicais, temos algo, a meio termo. Indiretamente, os Clubes pagarão uma taxa à Federação que suporta os juízes. O Observatório diz que setenta por cento dos juízes convocados são indicados pelos Clubes e trinta por cento são convocados, entre os que não têm clube. Tem de haver meio-termo e equilíbrio. Considerou os contributos apresentados nesta Assembleia Geral como fundamentais.

Relativamente à formação, foi dito que não há dinheiro para pagar aos formadores e os juízes, com cursos internacionais, são obrigados a dar doze horas de formação num curso nacional. Pode ser o melhor juiz internacional, mas não ter competências de formação. Não é formador e por isso vai haver falhas na formação. Por exemplo, os juízes internacionais podem ficar na retaguarda e elaborar os conteúdos e alguém com curso de formação de formadores podia ministrar o curso. Concorde que as convocatórias nacionais e internacionais têm de ser transparentes, atempadas e programadas

O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, e sobre o ponto um, de ordem de trabalhos, resumiu que a Direção fez um enquadramento geral, os Senhores delegados tiveram várias intervenções, todas pertinentes e todas construtivas. O Presidente do Conselho de Ajuizamento também se pronunciou e deu os seus esclarecimentos. Ficou, aqui também, uma promessa de cooperação entre o Conselho de Ajuizamento e a Direção, no sentido de tentar melhorar o que foi aqui exposto.

Esclareceu, não ser este ponto um objeto de deliberação, pelo que passariam ao ponto dois, que prevê a aceitação e ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento, tendo sido os nomes que o integram conhecidos neste dia.

O Presidente da FGP pediu para referir ainda a chamada de atenção para o facto erróneo do observatório passar a ser ratificado em Assembleia Geral e não pela Direção como era anteriormente. Não é o local apropriado para se discutirem as pessoas e seria desnecessário.

A Direção recebeu do Conselho de Ajuizamento a lista com a proposta para o observatório na segunda-feira passada, e no mesmo dia colocou questões ao Conselho de Ajuizamento, às quais não teve resposta.

Referiu haver uma pressão intensa do Comité Olímpico Internacional e recomendações, nomeadamente, quanto à manipulação de resultados e conflito de interesses no desporto. Tal poderá afetar as verbas a receber e o financiamento, caso não estejamos atentos a este combate. Propôs dar a hipótese de alterar e devolver a lista do observatório ao Conselho de Ajuizamento, trabalhando em conjunto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu ser necessário proceder à votação do conteúdo do ponto dois, único sujeito a deliberação, sendo as hipóteses possíveis a ratificação, ou a não retificação, da lista do observatório proposta.

Após uma breve discussão sobre se estavam reunidas as condições para votação, procedeu-se à votação da possibilidade de ser prematuro votar-se a lista proposta ou de prosseguir com a votação tal como proposta no ponto dois. A votação foi inconclusiva, votando sete Delegados a favor, sete contra e uma abstenção, pelo que se procedeu à votação da ratificação, ou não da lista do observatório.

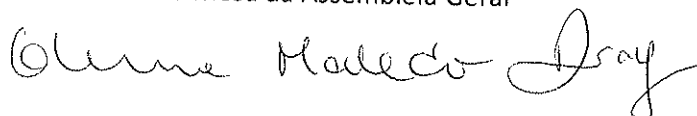
A lista para o Observatório do Ajuizamento, proposta pelo Conselho de Ajuizamento, foi votada e ratificada por maioria com 7 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções.

O delegado Víctor Varajão fez declaração de voto – absteve-se, com a seguinte fundamentação: Primeiro: saber se pode ser votada uma lista com nomes sem ser aprovada; segundo: Assembleia Geral não teve conhecimento da proposta aquando da convocatória e terceiro: O Conselho Justiça deverá pronunciar-se sobre a legalidade dos pontos referidos em 1 e 2.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 13h10.

Estiveram presentes 17 (dezassete) Delegados, conforme lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante, mas somente 15 (quinze) delegados estiveram presentes na votação do ponto 2.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Guilherme Machado Dray